



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

Ofício nº 252/2022/GAB

Ibiracú/ES, 04 de agosto de 2022.

À Sua Excelência a Senhora
Valéria dos Santos Rosalém
Presidente da Câmara Municipal
Ibiracú - ES

Senhora Presidente,

Vimos a através do presente encaminhar a V. Ex^a o Projeto de Lei 3.386/2022, apreciado na Sessão Ordinário do dia 15 de julho de 2022, o qual está acompanhado de Veto das Emendas Aditivas nº. 020/2022 e 024/2022, e modificativa de nº 021/2022, do referido projeto.

Sem mais para o momento, apresento protestos de apreço e consideração

Atenciosamente,


DIEGO KRENTZ
Prefeito Municipal

RECEBIDO
Em: 05.08.22
Rub.: obunuf.





Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

Veto 001/2022 do Projeto De Lei 3.386/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRACÚ – ES, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 59 e art. 69, inc. IV da Lei Orgânica Municipal), decide **VETAR INTEGRALMENTE** as Emendas Aditivas nº. **020/2022 e 024/2022**, e modificativa de nº **021/2022** do Projeto de Lei n.º 3.386/2022, constante dos autos do Protocolo n.º 151/2022, que “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, aprovado pela Assembleia Legislativa Municipal, em Sessão Plenária, realizada em 15 de julho de 2022, conforme explicitado nas razões que se seguem.

RAZÕES DE VETO

A Proposição Normativa em cotejo tem por objeto tratar sobre projeto de lei acerca das Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2023.

Primeiramente, cumpre evidenciar que o sistema de controle entre os Poderes integrantes dos entes da Federação encontra-se traçado na Constituição Federal, Estadual ou Lei Orgânica, conforme se trate, respectivamente, da União, do Estado, Distrito Federal ou Município, com fundamento nos delineamentos trazidos pela Constituição Federal.

As emendas parlamentares mencionadas acima, como formatadas, padecem de vício formal de inconstitucionalidade, haja vista a não observância de um *pressuposto fundamental à sua formação*, qual seja, a iniciativa reservada, pois, competindo ao Chefe do Poder Executivo Municipal a iniciativa das leis referentes à remuneração, não poderia a Casa Legislativa, por si só, acrescentar tal disposição no procedimento legislativo. Vejamos a doutrina:

Av. Conde D'Eu, 486 - Centro - Ibiracú - Esp. Santo - Cep: 29.670-000 - Tel: (27) 3257-0516



Autenticar documento em <http://www3.camaraibiracu.es.gov.br/autenticidade> com o identificador 33003300300036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

"Admitir a interpretação de que o legislador pode a seu livre alvedrio legislar sem limites, seria pôr abaixo todo o edifício jurídico e ignorar, por inteiro, a eficácia e majestade dos princípios constitucionais. A Constituição estaria despedaçada pelo arbítrio do legislador" Paulo Bonavides (Curso de Direito Constitucional. Malheiros, São Paulo, 1993 p. 354)

É o entendimento solene do STF:

"A cláusula de reserva pertinente ao poder de instauração do processo legislativo traduz postulado constitucional de observância compulsória pelos Estados-membros. Incide em vício de inconstitucionalidade formal a norma legal estadual que, oriunda de iniciativa parlamentar, versa matéria sujeita a iniciativa constitucionalmente reservada ao Chefe do Poder Executivo" (ADIMC 766-RS, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 27/05/94)

Não obstante seus elevados propósitos, é necessário destacar que a via eleita pelo Parlamento Municipal, para dispor sobre remuneração, bem como reajuste de pessoal, não pode ter a iniciativa parlamentar.

E mais, esta matéria não poderia ter sido inserida no projeto de lei em estudo, pois a CF/88 veta expressamente que o mencionado reajuste seja objeto de emenda parlamentar, a luz do art. 166, § 3º, inc. II, alínea a.

Diante dos fundamentos de ordem jurídico-constitucional acima firmados, resolvo **VETAR INTEGRALMENTE** as Emendas Aditivas nº. **020/2022 e 024/2022**, e modificativa de nº **021/2022**, contidas Projeto de Lei n.º 3.386/2022, constante dos autos do Protocolo n.º 151/2022.





Prefeitura Municipal de Ibiracu

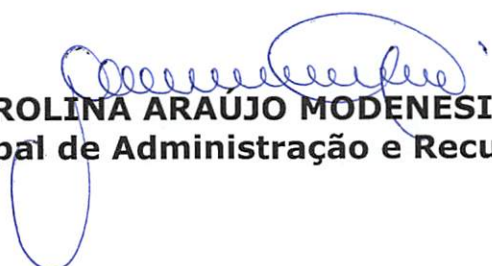
Estado do Espírito Santo

Gabinete do Prefeito do Município de Ibiracu, em 04 de agosto de 2022.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.


DIEGO KRENTZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Administração em 04 de agosto de 2022.


CAROLINA ARAUJO MODENESI
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

